



## **A Favela Brasileira e o Gueto Sul-africano: a arquitetura da exclusão como forma de manifestação da identidade e da resistência em contextos pós-coloniais**

### **The Brazilian Favel and the South African Ghetto: the exclusion architecture as a form of manifestation identity and resistance in post-colonial contexts**

### **La Brazila Ladurbo kaj la Sud-afrika Geto: arkitekturo de mal-inkluzivigo kiel maniero de identec-manifestiĝo kaj de rezisto en postkoloniaj kunteksto**

Celina de Oliveira Barbosa Gomes<sup>62</sup>

Natália Fernanda Francisco Duarte<sup>63</sup>

#### **Resumo**

A estereotipação atrelada aos moradores das favelas brasileiras e dos guetos sul-africanos está relacionada ao processo de segregação sociocultural e étnico perpetrado pelo colonialismo, que incorreu em uma organização particular desses espaços. Essa organização aconteceu na parte estrutural, caracterizando tipos de construções sintomáticas dos efeitos da ação discriminatória existente nas sociedades modernas. Essa arquitetura da exclusão configura-se um incômodo para muitos moradores das cidades formais que a veem como mácula em seu projeto urbanístico desenvolvimentista; ainda que se apresente como reduto de empoderamento para seus moradores. Este trabalho pretendeu mostrar, por meio de uma abordagem pautada na revisão bibliográfica, como se constituem as estruturas físicas das favelas brasileiras e dos guetos sul-africanos, caracterizando a arquitetura da exclusão. Buscou também evidenciar como tais habitações caracterizam-se como manifestações da identidade de seus moradores à constante tentativa de apagamento e minimização de sua presença e participação social.

**Palavras-chave:** Zonas urbanas marginais. Brasil e África do Sul. Segregação. Representatividade.

#### **Abstract**

---

<sup>62</sup> Docente de língua portuguesa e de língua inglesa do Instituto Federal do Paraná, *Campus Assis Chateaubriand*. Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: celina.gomes@ifpr.edu.br

<sup>63</sup> Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal do Paraná, *Campus Umuarama*.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

The stereotyping of the residents of the Brazilian favelas and of the South African ghettos is related to the process of socio-cultural and ethnic segregation perpetrated by colonialism, which incur a particular organization of these spaces. This organization happened in the structural part, characterizing types of constructions symptomatic of the effects of discriminatory action existing in modern societies. This architecture of exclusion is a nuisance for many residents of the formal cities who see it as a blot in their developmental urban project; even though it presents itself as a center of empowerment for its residents. This production aimed to show, through an approach based on bibliographic review, how the physical structures of the Brazilian favelas and the South African ghettos are constituted, characterizing the architecture of exclusion. It also sought to show how these dwellings are characterized as manifestations of the identity of their residents to the constant attempt to erase and minimize their presence and social participation.

**Key-words:** Marginal urban areas. Brazil and South Africa. Segregation. Representativeness.

### Resumo

La stereotipigo de loĝantoj de brazilaj ladurboj kaj de sud-afrikaj getoj estas ligita al la procezo de soci-kultura kaj etna segregacio efektivigita de koloniismo, kio kaŭzis apartan organizadon de tiuj spacoj. Tiu organizado okazis en la struktura flanko, kaj karakterizas tipojn de konstruaĵoj, kiuj estas simptomaj pri efikoj de diskriminacia ago ene de la modernaj socioj. Tiu arkitekturo de mal-inkluzivigo ĝenas multajn loĝantojn de la formalaj urboj, kiuj ĝin vidas kiel makulon en sia disvolvisma urba projekto — eĉ se ĝi prezentiĝas kiel ŝirmejo, kie ĉe loĝantoj okazas plifortiĝo de memregado. Per ĉi tiu laboro oni intencis montri, surbaze de bibliografia esplorado, kiel formiĝas la fizikaj strukturoj de brazilaj ladurboj kaj de sud-afrikaj getoj, tiel karakterizante arkitekturon de mal-inkluzivigo. Ĝi celis montri ankaŭ tion, kiamaniere tiuj loĝlokoj prezentas sin kiel manifestiĝoj de identeco de siaj loĝantoj antaŭ la konstanta klopodo elviŝi kaj senvalorigi ties ĉeeston kaj socian partoprenon.

**Ŝlosilvortoj:** Margenaj urboregionoj. Brazilo kaj Sud-Afriko. Segregacio. Rezententeco.

### Introdução

Há muito tempo as favelas brasileiras são caracterizadas sob estereótipos como o da marginalidade, o da extrema pobreza e até mesmo o de um subcultura ou de uma cultura estagnada (daí o uso recorrente do termo em inglês *slum*, que atrela a ideia de favela à violência, à pobreza e às drogas (GARRAHAN, JONES E OWUSU, 2015); mas além dessas imagens, divulga-se sobremaneira a ideia de que a favela é povoada majoritariamente por negros e que boa parte deles está inserida nessa marginalidade. Algo similar acontece com a concepção dos guetos em alguns países africanos, como a



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

África do Sul, por exemplo. Oriundos – a maior parte deles – do período do *Apartheid*, regime de segregação racial que separava negros e brancos, muitos guetos sul-africanos ainda são concebidos como lócus de miseráveis e rebeldes, reduto dos que estão à margem do projeto desenvolvimentista pelo qual passa muitas nações africanas, como o país em questão.

Não obstante, então, a distância geográfica e mesmo cultural entre contextos como Brasil e África do Sul, pode-se dizer que os modos como se estabeleceram a favela e o gueto são muito próximos e possuem muita coisa em comum, a começar pelo passado de sujeição ao colonizador europeu que muito colaborou para a exclusão do negro – que, por conta disso, destinou-se às áreas marginais das aglomerações urbanas. Assim, sendo resultados da mesma discriminação, as favelas brasileiras e os guetos sul-africanos caracterizaram-se como símbolos das desigualdades sociais e, principalmente, étnico-raciais, bem como o “efeito colateral” do progresso urbano insuflado pela ideologia capitalista difundida pelas grandes nações – primeiramente europeias e hoje pela potência americana, os Estados Unidos; um progresso que privilegiou e privilegia efetivamente uma pequena parcela da população. Essa caracterização expressou-se de forma peculiar nas organizações sociais, políticas, culturais e estruturais tanto das favelas quanto dos guetos, evidenciando uma identidade própria de cada um desses espaços; identidade esta que, inclusive, passou a ser discutida e ressemantizada na tentativa de desconstruir os estereótipos pejorativos atrelados a essas localidades.

Assim, no que se refere à constituição, disposição e edificação física das favelas e dos guetos africanos, o presente trabalho buscou evidenciar a composição da arquitetura da exclusão, mostrando como as particularidades desses arranjos estruturais se justificam como consequências de um processo histórico de separação, apagamento e minimização social. Pretendeu, ainda, mostrar como, não obstante o caráter marginal – em todos os sentidos – atribuídos ao gueto e à favela, muitos de seus habitantes aderiram a um proselitismo local, a uma espécie de defesa e de orgulho estrutural emanado por um conjunto de vozes de resistência que se afinam justamente por partirem do mesmo local de fala; é o gueto e a favela que determinam, portanto, o tom de seus discursos.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

## 1. A arquitetura da exclusão: a favela e o gueto

### 1.1 A favela brasileira: o mundo paralelo do morro

Pensando na dimensão das favelas brasileiras – cuja totalidade de habitantes ultrapassaria (cerca de 12 milhões) até mesmo o número de moradores em estados como o Rio Grande do Sul, o quinto maior da federação (MEIRELLES; ATHAYDE 2014) –, é comum se questionar onde e como elas começaram. Segundo Garrahan et al. (2015), as favelas surgiram no final do século XIX, oriundas de um processo de importação de negros que foram escravizados perpetrado em grande escala pelo Brasil entre os anos de 1532 e 1888, ocasião em que se deu a abolição da escravatura; o país foi o último da América Latina a decretar a libertação de homens e mulheres escravizados em seu território. (GARRAHAN et al., 2015). Muitos desses indivíduos, tendo passado a vida inteira ou boa parte dela à mercê de seus antigos donos, não possuíam relacionamentos externos nem qualificação efetiva para pleitearem trabalhos que lhes rendessem ganhos suficientes para estabelecerem propriamente uma moradia. Além disso, havia certo preconceito por parte dos ex-donos de escravos e de muitas pessoas em empregar ex-escravos, evidenciando o ranço da não aceitação da abolição ou, o que é pior, da não concepção do negro como indivíduo livre e possuidor de direitos – inclusive, o de trabalhar. Assim, muitos desses sujeitos, sem dinheiro e (literalmente) sem espaço na sociedade, passaram a viver em agrupamentos informais. Mas, segundo Bueno (2018), o primeiro assentamento informal – o primeiro a ser denominado como favela – de que se tem notícia foi o antigo Morro da Favela, formado por soldados ex-combatentes da Guerra de Canudos, confronto ocorrido entre 1896 e 1897 no interior da Bahia. Esses homens foram levados do Rio de Janeiro para o nordeste para lutarem contra os ditos rebeldes sertanejos sob a promessa de receberem um pedaço de terra para construírem suas casas. Ao regressarem, após aniquilarem muitos dos seguidores do famigerado Antônio Conselheiro, boa parte desses soldados se deu conta de que a promessa que lhes foi feita não seria cumprida e posicionaram-se em frente ao Ministério da Guerra para protestar. Como suas reclamações não foram atendidas, estabeleceram-se no antigo



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Morro da Providência, o qual passaram a chamar de Morro da Favela, em menção a uma planta resistente e espinhosa (a dita mandioca-brava) que encontraram na região de Canudos. Para tanto, diz-se que eles valeram-se de pedaços de caixas de madeira para construir suas acomodações no morro, já que seus recursos eram ínfimos. (BUENO, 2018).

Juntaram-se aos ex-soldados, então, mulheres que prestavam serviços como os de lavar, passar, cozinhar – algumas delas os haviam acompanhado em Canudos com essa finalidade, outras tornaram-se suas esposas, amantes, etc.; assim como moradores da zona rural, tocados pela esperança de uma vida melhor na cidade, e os já citados ex-escravos, deslocados da urbanização que crescia dia após dia. (GARRAHAN et al., 2015). Como as favelas não eram (e ainda não são) regulamentadas pelos governos locais, muitos espaços eram ocupados pelos indivíduos e por famílias inteiras. Por isso, a prática tornou-se comum em cidades que se configurariam grandes metrópoles, como o Rio de Janeiro. Daí o espalhamento desse tipo de aglomeração, atrativas também por caracterizarem-se como moradias baratas. (GARRAHAN et al., 2015).

Assim, por conta do estabelecimento “irregular” e “livre”, as favelas passaram a ser confundidas com os ditos assentamentos precários, sendo, inclusive, definidas como uma de suas modalidades, como se pode ver na definição de Queiroz Filho (2015):

A expressão “assentamentos precários”, por exemplo, foi adotada pela nova Política Nacional de Habitação (PNH) para caracterizar o conjunto de assentamentos urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda (Brasil, 2010). Inclui: cortiços, loteamentos irregulares de periferia, favelas e assemelhados, além dos conjuntos habitacionais degradados. Ainda conforme Brasil (2010), os assentamentos precários são porções do território urbano com dimensões e tipologias variadas, que têm em comum:

- O fato de serem áreas predominantemente residenciais, habitadas por famílias de baixa renda.
- A precariedade das condições de moradia, caracterizada por inúmeras carências e inadequações, tais como: irregularidade fundiária; ausência de infraestrutura de saneamento ambiental; localização em áreas mal servidas por sistema de transporte e equipamentos sociais; terrenos alagadiços e sujeitos a riscos geotécnicos. (QUEIROZ FILHO, 2015, p.341).

O autor ainda diz que O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) caracterizará as favelas de modo mais específico, denominando-as de “aglomerados de domicílios subnormais” (QUEIROZ FILHO, 2015, p.341). As favelas, então, são tidas



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

como “[...] um conjunto de, no mínimo, 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) dispostos com frequência de forma desordenada, densa e carentes de serviços públicos essenciais.” (QUEIROZ FILHO, 2015, p.341).

Outros autores apresentaram definições semelhantes, mas o que se pode notar entre todas elas é o tom de inferiorização – ainda que o eufemismo o disfarce – em muitas delas. Para Ferreira (1985), por exemplo, favela é um “conjunto de habitações populares, em geral toscamente construídas e usualmente deficientes de recursos higiênicos” (FERREIRA, 1985, p. 44). Segundo Parisse (1969), a favela é “habitação pobre, precária, agrupamento em 15 ou 20 unidades, no mínimo, instalada em terreno não utilizado pela construção organizada, isto é, fora da especulação imobiliária”. (PARISSE, 1969, p. 25). Por sua vez, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada diz que o termo “caracteriza-se pela precariedade das condições de habitabilidade, tanto no que se refere à moradia (construções feitas com materiais perecíveis), como à oferta de infra-estruturas básicas (saneamento e drenagem), à ocupação (morfologia e tipologia) e à propriedade da terra.” (IPEA, 2001, p. 212).

A favela também é denominada em função de irregularidades quanto ao seu estabelecimento físico, a saber: quanto à questão da propriedade – muitos terrenos são ocupados pelos futuros moradores, podendo ser tais localidades públicos ou privados; quanto à legislação de edificações, pois as construções não seguem os padrões previstos nos códigos próprios de obras prediais, determinando-se por questões como o espaço ocupado ou posteriormente adquirido pelo morador na ocasião da construção, os recursos de que ele dispõe, o número de membros de sua família, a finalidade da construção; no que se refere ao solo e ao parcelamento do solo, o que quer dizer que, muitas vezes, não são analisadas, antes do estabelecimento dos moradores, questões topográficas e de possibilidade de uma fundação segura do imóvel em determinada localidade – o que é ilustrado pela presença de construções em encostas ou áreas de risco em morros. (QUEIROZ FILHO, 2015).





IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

No que tange à composição das construções/moradias presentes na favela, o que, de certa forma, se justifica por um início pautado na precariedade, Taschner (2001, p.13) citado por Queiroz Filho (2015, p. 342) afirma que favela é

[...] *“todo o conjunto de unidades domiciliares constituídas de madeira, zinco, lata, papelão ou alvenaria, em geral distribuídas desorganizadamente em terrenos cuja propriedade individual do lote não é legalizada para aqueles que os ocupam”* [...] para as pesquisas de 1973, 1975, 1980, 1987 e 1993, definiu-se como favela quando havia no mínimo 2 unidades habitacionais com as características mencionadas (TASCHNER (2001, p.13) citado por QUEIROZ FILHO (2015, p. 342). [grifos nossos]

Vê-se, então, uma variabilidade nos diferentes tipos e constituições das casas. Algumas delas, inclusive, recebem nomes característicos, como barracos – bastante populares no âmbito da favela. Isso pode se dar em função do que Burgos (2002) vai dizer ao mencionar que: “[...] o complexo cultural-institucional da favela não é indiferente à impressionante reprodução dos padrões de desigualdade da sociedade brasileira.” (BURGOS, 2002, p. 24). Para o autor, nem todos os moradores vivem nas mesmas condições, chegando a caracterizarem – muitos deles – uma condição socioeconômica melhor do que a de muitas pessoas que vivem nas cidades ditas convencionais. Daí, possivelmente, os extremos entre a existência de construções de papelão e outras de alvenaria, por exemplo, configurando uma versão menor da dita arquitetura da exclusão. A propósito dos materiais, outra questão pertinente de ser apresentada é a de que:

Os materiais construtivos das casas devem obedecer a três critérios principais: baixo custo, leves o suficiente para serem carregados nas costas dos pedreiros e pequeno o bastante para passar pelas vielas da favela. Como resultado, todas as casas são construídas com tijolos, pilares de concreto compõem a estrutura, as lajes são de vigotas e blocos cerâmicos e a cobertura quase sempre em telhas de amianto. (VEYSSEYRE, 2014, online).

Mas algo relevante a relatar, sobretudo no que concerne à arquitetura, é o processo de transposição das casas de madeira para as de alvenaria. Isso se deu pelo fato de que muitos moradores das favelas eram trabalhadores da construção civil nas ditas cidades formais, o que os influenciava a reproduzir em suas habitações o que aprendiam nos canteiros de obras, ressignificando as técnicas de construção em seus espaços. (CORRÊA, 1997). Vale salientar, no entanto, que muitas prescrições apontadas nos



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

códigos urbanísticos que orientavam as obras da construção civil não eram consideradas em muitas construções na favela, a saber: a consideração de certa dimensão de escadas e vãos de iluminação e de ventilação; o não estabelecimento de banheiros voltados para cozinhas e salas, ou mesmo de janelas em quartos; além de outras proposições, como as que se referem ao conforto térmico, por exemplo (CORRÊA, 1997). Apesar disso, o bom senso prevalece em muitas situações, por isso, como grande parte das construções são verticais, deve-se manter a distância de pelo menos um metro entre as casas, evitando, inclusive, obstruir a vista dos moradores vizinhos, ou, por outro lado, abrir janelas que deem diretamente para a residência dos outros. Sobre as construções verticais, aliás, elas são um “símbolo” de prosperidade para os moradores, pois evidenciam o desenvolvimento econômico que lhes permite aumentar suas casas. Isso, inclusive, passa a ser um propósito familiar, que, muitas vezes, passa de pai para filho: o morador constrói sua residência estabelecendo uma laje, uma cobertura simples sobre a qual ele ou um descendente construirão outro piso. Uma vez prontas essas instalações em níveis, elas podem ser divididas entre a própria família, alugados os cômodos para os parentes ou destinadas para fins comerciais. (VEYSSEYRE, 2014).

Em função, então, de suas particularidades, a favela passa a configurar uma espécie de mundo paralelo ao dito “asfalto” (cidades formais), sobretudo no que se refere à sua configuração territorial. Aliás, segundo Burgos (2002), é isso que a particulariza em relação à cidade formal, mais do que seus próprios moradores, uma vez que, para o teórico, eles se integram social, cultural e politicamente à cidade formal.

É relevante mencionar também que o paralelismo que coloca a favela como um mundo à parte, específico e complexo, é o mesmo paralelismo que se evidencia nas relações entre os moradores, reflexo da “irregularidade” que se vê na estruturação física. Em outras palavras, do mesmo modo que o poder público e, propriamente, os códigos urbanísticos, não são implementados nos espaços da favela, expandindo-se esta de acordo com suas próprias organizações internas, também os arranjos sociais seguem uma lógica própria, o que se evidencia no estabelecimento de “administrações simultâneas”. Estas são representadas por associações de moradores, dirigidas – boa parte delas –, aliás, segundo Burgos (2002), por indivíduos que funcionam mais como





IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

cabos eleitorais de homens e mulheres que atuam na política pública institucionalizada na venda/troca de favores do que propriamente como líderes comunitários. Por conta disso também, com a difusão do tráfico de drogas em muitos pontos dessas localidades, outro “sistema de gerência” foi constituído, caracterizando-se os chefes desse ramo como uma espécie de mantenedores da população, inclusive, na “observação e arbitragem” das associações de moradores, de modo que elas, de fato, representem os interesses da população e não de indivíduos externos. (BURGOS, 2002).

Considerando a favela dessa forma, pode-se correr risco de querer propor uma “adequação”, uma “normalização”, uma “regularização” a ela, tanto em seus aspectos sociais quanto estruturais, o que na verdade, seria uma intervenção autoritária (e violenta, sem dúvida), segundo Araújo (2003), uma vez que a forma da organização das favelas é, como já sugerido, uma expressão estética de sua complexidade e pluralidade histórica, cultural, social e política. Como indica Araújo (2003), pela leitura que faz do trabalho de Jacques Derrida, o arranjo da favela ultrapassa as proposições arquitetônicas convencionais, pois boa parte das habitações foram ou são construídas a esmo, de acordo com a circunstância, com a possibilidade, como se pode inferir pela observação de construções como as apresentadas nas imagens a seguir:

Figura 1: **Imagem da Favela I.**



Fonte: **Projeto (2020).**



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Figura 2: **Imagem da Favela II.**Fonte: **Projeto (2020).**

A favela, então, concebeu-se sem planejamento de tempo e espaço,

[...] trata da arquitetura do acaso, da coleta e reciclagem aleatória do material empregado na construção do abrigo do favelado. Caracterizado por uma reconstrução sem fim, sua temporalidade de construir, sempre incompleta, aproxima-se da experiência da bricolagem - cuja poesia vem justamente da incompletude [...]. Acontecimento, repetição, *différance*, alteridade, são conceitos apropriados para contrapor à produção dos arquitetos, que “especializam o tempo”, com a dos favelados que “temporalizam o espaço”. Se o projeto dos arquitetos é repetição, é a repetição da diferença, noção de Fragmento, que se aplica à favela (ARAÚJO, 2003, p. 122-123).

Por isso, sua arquitetura própria, uma arquitetura da exclusão, é mesmo a arquitetura da diferença, a qual é ativa e cujo metabolismo acompanha as mesmas dinâmicas individuais e coletivas que configuram a vida de seus moradores. E, para além de um exotismo e da eventual pejoratividade em tomar a favela como um cortiço, como o de Aluísio Azevedo, vale dizer que não são as pessoas que pura e simplesmente



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

compõem o grande organismo favela, mas, mais do que isso, é este organismo que concorre positivamente, acredita-se, para a delineação da identidade e da história de cada um.

## 1.2 O gueto sul-africano: os resquícios urbanísticos do *Apartheid*

Falar das implicações do *Apartheid* é uma empreitada que demandaria não só umas, mas várias investigações específicas sobre o assunto, em virtude das consequências catastróficas advindas desse trágico episódio na história da humanidade. No entanto, considerando a perspectiva da arquitetura, buscou-se aqui mostrar como os guetos sul-africanos se estabeleceram em função de um processo de segregação que, posteriormente, em um exercício antropofágico, resultou em uma organização não só estrutural, mas identitária, tal qual se deu com as favelas brasileiras.

Segundo Silva (2006), o *Apartheid*, então, caracterizou-se como uma política de separação entre brancos e negros (inclusive, pela catalogação racial de crianças recém-nascidas) instalada na África do Sul e que durou quase cinco décadas. A minoria branca, advinda do processo de colonização, perpetrado, sobretudo, pelos ingleses, detinha o poder político e econômico e subjuguava a população negra, que deveria subordinar-se às regras separatistas; entre outras coisas, elas proibiam o voto, a aquisição de terras pelos negros e seu relacionamento sexual e afetivo com os brancos, bem como os obrigava a viver em áreas demarcadas dos territórios (ao mesmo tempo em que os bania dos espaços frequentados por brancos, estimulando, ainda, as separações tribais a fim de enfraquecer eventuais agrupamentos e possíveis levantes contra o poderio de uma elite branca). Esse cenário de discriminação só passou a ter um fim com a luta e o trabalho de Nelson Mandela, líder de um levante negro não-violento que, após passar vinte e sete anos na prisão por conta de um julgamento duvidoso, tornou-se presidente da África do Sul. (SILVA, 2006). Não obstante o fim do *Apartheid*, alguns resquícios de sua existência ainda se manifestam na África do Sul, como se vê em Silva (2006):

Entre 1948 e 1994, o Partido Nacional, dominado por brancos africânderes, classificou a população oficialmente em brancos, africanos, indígenas e de cor, criando fronteiras raciais estritas em cada esfera da vida social:





IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

*padrões residenciais*, distribuição e organização ocupacionais. Desde o desmantelamento do apartheid, com a eleição, em 1994, do Congresso Nacional Africano (CNA), os negros, em particular os africanos, vêm ganhando cada vez mais acesso ao poder político, mas a riqueza permanece concentrada entre os brancos, e os negros estão sobre-representados entre os segmentos mais pobres. (SILVA, 2006, p. 137) [grifo nosso]

Os guetos, ou os chamados *townships* (ou *innercities*, em algumas cidades europeias, por exemplo), constituíram-se, então, como espaços de reunião e moradia de negros que eram proibidos de residirem e de circularem por lugares frequentados por brancos; caracterizaram-se, então, como lócus de aglomeração de muitos militantes da causa contra a segregação.

Figura 3: Área de moradias precárias, em Joanesburgo, África do Sul.



Fonte: Pena (2018).

Talvez o mais famoso deles seja o bairro de Soweto (junção das sílabas iniciais de South Western Townships), em Joanesburgo, conhecido por ser também o reduto das primeiras lutas políticas na época do *Apartheid* (destaque para a Revolta de Soweto, em meados de 1976). Não obstante contar com cerca de quatro milhões de habitantes, em um país que se encontra em franco desenvolvimento econômico, muitos moradores de Soweto vivem ainda em condições de profunda precariedade, sem ter nem mesmo acesso a serviços como energia elétrica, saneamento básico e educação pública. Muitas pessoas ainda residem em barracos de madeira, sendo, muitas vezes, acometidos por incêndios que se alastram rapidamente pelo entorno, haja vista a proximidade e a



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

constituição similar das casas (algo bastante recorrente também em guetos da Cidade do Cabo, por exemplo). Por conta desses incidentes, iniciativas governamentais foram implementadas e passaram a ser construídas casas de alvenaria resistentes ao fogo. Isto, porque tais habitações são feitas com fibra de cimento – cimento reforçado com fibra de vidro; popular por ser de fácil manipulação e transporte, por ser resistente ao mofo, cupins e fogo, bem como por bloquear a umidade –, que resiste por 45 minutos à exposição às chamas, permitindo que o morador retire os móveis e outros itens de valor. As casas são construídas rapidamente, de modo geral, e vendidas a preços acessíveis para a população. (LUZ, 2013).

Apesar das ações políticas, muitos moradores, sobretudo, os jovens, continuam se levantando contra o governo, pois atestam que a subjugação negra ainda permanece, à medida que lhes são negadas a igualdade e a efetividade no acesso aos direitos, bens e serviços e, principalmente, ao emprego e à dignidade. (GASCÓN, 2014). As manifestações também são provocadas pela corrupção crescente no país, a qual, segundo Gascón (2014), é praticada por governantes oriundos do Congresso Nacional Africano, participante da derrubada do *Apartheid*. Com isso, o problema das desigualdades socioculturais (e porque não dizer étnicas) só aumentaram, uma vez que a demanda por moradia digna, por exemplo, era maior do que a capacidade de atendimento do governo. Por essa razão, alternativas temporárias – mas que acabaram se tornando permanentes para muitos – foram adotadas, como a construção de casas de chapas, organizadas em filas e separadas por pequenas ruas, construções estabelecidas em regiões como a Cidade do Cabo; Blikkiesdorp é um desses bairros de habitação temporária:

Comparado com os bairros de barracos tradicionais, onde as construções se amontoam de forma caótica, em Blikkiesdorp as estruturas de chapa são ordenadas em fileiras separadas por ruas, em bairros do A ao Q, uma estrutura de um cômodo por família, uma torneira e uma latrina para cada quatro. Mais de 1.200 habitantes. Oficialmente é um refúgio criado pela Cidade do Cabo para famílias sem moradia, até que o governo sul-africano lhes construa uma. Chama-se campo de alojamento transitório, embora ninguém saiba quantos anos terá de viver nesse povoado de alumínio. (LADEM, 2010, online).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

A forma como muitas das aglomerações sociais formadas por negros (mas também por muitos brancos, na atualidade) se apresentam, portanto, em muitas localidades na África do Sul caracteriza uma precariedade e indica, de certa forma, a continuidade da separação, só que com um cunho mais sociopolítico. Isto, por conta da evidente negligência com que é tratada a questão da falta de acesso a bens e serviços básicos por parte desta população; bem como pela conclusão de que muitas dessas aglomerações são, na realidade, a fatura “negativa” de um processo de colonização tardiamente finalizado e que acabou por deixar sequelas irreparáveis – milhares de habitantes relegados geográfica, social, cultural e economicamente à margem da sociedade. Por isso é que interessa tanto saber como o gueto sul-africano, assim como ocorre com a favela brasileira, encerra um tipo de amálgama identitário inerente aos seus moradores, uma forma de resistência que passou a ser tão expressiva (não só pela presença do gueto, mas também de outras formas de estabelecimento estrutural do negro) a ponto de suscitar nomenclaturas como *urbanismo negro* (GOODWIN, 2011, online).

## **2. A favela e o gueto como espaços de resistência e de representação identitária**

Ao proceder à breve pesquisa teórica para a escrita desse trabalho, não raro deparou-se com uma série de perspectivas que vitimizam ou, pelo menos, sugerem um compadecimento em relação ao morador tanto da favela quanto do gueto pelo simples fato de lá residirem. Em uma das fontes visitadas, inclusive, passível da interatividade por meio de comentários (o que é bastante comum no contexto das mídias sociais que também concorrem para a produção e difusão do saber na atualidade), um dos colaboradores atestou a necessidade de se adequar as favelas às normas urbanísticas, sociais e outras tantas, chegando mesmo a sugerir o seu fim. Esse tipo de pensamento é compreensível (mas não aceitável) à medida em que se observa, como atesta Goodwin (2011), que para muitos a favela e mesmo o gueto – não obstante sua ressemantização turística (até um pouco exótica, diga-se de passagem) – são vistos, assim como seus habitantes, como uma mancha na urbanidade das cidades.





IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Existem alguns trabalhos positivos e construtivos sobre a guetificação, mas de qualquer forma é uma perspectiva limitada, porque mesmo em sua forma mais positiva, coloca a presença negra como uma mancha na paisagem. O gueto é visto como um espaço não produtivo, um tipo de problema, e o sujeito negro é frequentemente construído como uma espécie de vítima, um objeto a ser estudado. (GOODWIN, 2011, online).

Mas muitas dessas abordagens teóricas se tornam improcedentes à medida que se estabelecem apenas sob a perspectiva de favela e gueto como lócus de marginalizados, de indivíduos segregados por alguma razão (social, étnica, cultural, econômica, pela cor da pele) em uma dita “cidade formal” ou em uma urbanidade convencional. Dito desse modo até parece que muitas dessas pessoas estão ali por falta de opção ou que lhes é estranho viver nesses territórios. Mas, por mais que seja difícil entender, para muitos, aquela localidade é sua única zona de conforto, é o único berço que (re)conhecem. O fato de insubordinarem-se contra a exploração, contra a corrupção e contra a negação de direitos que tornam suas vidas mais difíceis não quer dizer que reneguem, necessariamente, o lugar onde vivem. Para muitos, inclusive, o espaço de onde falam lhes autoriza um discurso – que vem do morro ou do mangue – para reclamar seus direitos e, sobretudo, para se expressarem em quaisquer instâncias, em quaisquer situações; o que caracteriza um jeito de ser e um jeito de viver que não requerem mudanças, justamente porque evidenciam uma identidade em relação a outros indivíduos, como os do asfalto, por exemplo:

Quanto mais a favela é “favela”, mais ela deixa de ser mero aglomerado habitacional, consolidando em seu interior um microsistema sociocultural, organizado a partir de uma identidade territorial, fonte de um complexo de instituições locais e de interações sempre particularizadas com as instituições das cidades. (BURGOS, 2002, p.22).

Uma identidade que explicita a influência e a pertença local, como se vê no trecho do Prefácio da coletânea de contos *Os ricos também morrem*, do escritor paulistano Ferréz, autodenominado escritor da favela:

Eu tenho um prefácio a fazer, uma responsabilidade a cumprir. Descendo a estrada de Itapecerica para o Jardim Amália, ia repetindo a frase, do mesmo jeito que criei todos os contos para o livro. Agora eu tinha um prefácio a fazer, e estava fazendo do mesmo jeito que havia escrito cada texto, jogando as palavras nas vielas, pronunciando as frases pelos becos, as mesmas palavras que lambiam os barracos de madeira, que também escorriam como a água que desce para o córrego. (FERRÉZ, 2015, p.7).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Trata-se mesmo de uma forma de resistência que, repete-se, não obstante as dificuldades prementes de cada um desses espaços, se evidencia contra uma tentativa de homogeneização, o que não é nem um pouco possível e chega a ser utópica, haja vista a diversidade mesmo dentro das ditas sociedades formais.

No que tange à arquitetura, propriamente, pode-se dizer que a presença de guetos e favelas é, portanto, uma das mais férteis manifestações do que se poderia chamar de *urbanismo negro*, para usar o termo de Goodwin (2011):

*Urbanismo negro* pode ser pensado como uma maneira de compreender o lado produtivo da presença negra. Por produtivo eu não necessariamente quero dizer “positivo” – é dialético e cheio de contradições. Há muita miséria, muitos problemas com a “patologia do gueto”, não nego isso. Mas o outro lado desta dialética é uma energia mais positiva, criativa e afirmativa que é o produto desta mesma desvantagem e marginalidade. Esses dois fenômenos não podem existir um sem o outro. (GOODWIN, 2011, online).

Essas construções são, pois, profícuas e dialógicas formas de reflexão, de discussão e de representação da pluralidade da urbanidade que, na realidade, é muito mais “informal” na atualidade, no que se refere à sua multiplicidade.

### **Considerações Finais**

É sabido que as desigualdades sociais correspondem à realidade em muitas nações no mundo todo, podendo ser maior ou menor acentuadas nos diferentes países. No entanto, ao analisar as similaridades entre as dificuldades para a manutenção da vida digna e questões concernentes à estereotipação popular associadas aos moradores tanto das favelas brasileiras quanto dos guetos sul-africanos, pode-se concluir que isso se dá pelo fato de ambos os contextos partilharem o mesmo passado histórico de exploração colonial.

Como se pode detectar em outras partes do mundo que também passaram pela triste experiência da colonização predatória, Brasil e África do Sul, reservadas as suas particularidades, sofreram algumas das mais cruéis formas de subjugação humana, a escravidão e a subalternação em função da cor da pele e, mais do que isso, da ganância exploratória que se valeu da justificativa da raça/etnia para assaltar vidas e territórios



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

inteiros. Como reflexo disso, os guetos e as favelas se estabeleceram como reduto dos marginalizados, dos descartados, dos desajustados, dos esquecidos, os quais, haja vista o hiato cada vez mais crescente entre as diferentes classes sociais, aumentaram proporcionalmente ao desejo desenvolvimentista que afetou também esses territórios (seus governantes e elites). No entanto, para a apresentação de uma [suposta] urbanidade harmônica, condizente com esse novo cenário progressista, ostentado pelas grandes cidades, o aspecto de uma cidade “formal”, “normal” e livre das manchas sociais, culturais, econômicas e arquitetônicas marginais se faz necessário; daí o incômodo que a favela e o gueto promovem para muitos dos ditos habitantes do asfalto. Um incômodo que tornou-se marca de identidade e de resistência para muitas dessas populações.

Assim, a favela e o gueto se fazem perceptíveis por um discurso e desenho próprios, que delata uma história de subordinação que impossibilitou o acesso igualitário entre brancos e negros aos mesmos espaços de uma sociedade hoje orientada para/pelas elites, inclusive governamentais. Um discurso que é audível, mas também provocativamente imagético, expresso pelas tortuosas linhas estruturais da arquitetura da exclusão que se impõe à modernidade urbana.

## RERÊNCIAS

ARAÚJO, Anete. “Estética da Ginga. A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica”. Resenhas. *In Revista de Arquitetura e Urbanismo*, v.6, n.1, p.122-123, 2003.

PROJETO. Imagem de Favela I. *In Arquiteto desenvolve soluções para melhorar conforto ambiental em favelas*. Disponível em:<  
<https://revistaprojeto.com.br/noticias/arquiteto-cria-solucoes-para-melhorar-conforto-ambiental-em-favelas/>>. Acesso em 22.07. 2020.

\_\_\_\_\_. Imagem de Favela II. *In Arquiteto desenvolve soluções para melhorar conforto ambiental em favelas*. Disponível em:<  
<https://revistaprojeto.com.br/noticias/arquiteto-cria-solucoes-para-melhorar-conforto-ambiental-em-favelas/>>. Acesso em 22.07. 2020.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

BUENO, Eduardo. **A história da primeira favela do Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9fx9p-tvD0s>. Acesso em 20.09.2018.

BURGOS, M. B. **A Utopia da Comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca**. Rio de Janeiro: Editora PUC – Rio/ Loyola, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajетórias geográficas**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1997.

FERREIRA, I. C. B. O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In: PAVIANI, A. (Org.) **Brasília: ideologia e realidade, espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto, 1985, p 43-56.

FERRÉZ. **Os ricos também morrem**. São Paulo: Planeta, 2015.

GARRAHAN, Sara; JONES, Julia; OWUSU, Jay. **O que é favela?** 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sxwTqGzCUyc>. Acesso em 20.09. 2018.

GASCÓN, Marcel. **Guetos sul-africanos voltam a ferver 20 anos após apartheid**. 2014. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/guetos-sul-africanos-voltam-a-ferver-20-anos-apos-apartheid/>>. Acesso em 20.09.2018.

GOODWIN, Paul. **Urban Africa: Office/MA, Urbanismo Negro**. 2011. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/cidade/urban-africa-officema-urbanismo-negro>>. Acesso em 20.09.2018.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano: instrumentos de planejamento e gestão urbana em aglomerações urbanas. Uma Análise comparativa**. V.1. Brasília: IPEA, 2001, p. 212.

LADEM. LABORATÓRIO DE DEMOGRAFIA E ESTUDOS POPULACIONAIS. **Milhares de sem-teto sobrevivem em casebres de alumínio na África do Sul**. 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ladem/2010/05/15/milhares-de-sem-teto-sobrevivem-em-casebres-de-aluminio-na-africa-do-sul/>>. Acesso 20.09.2018.

LUZ, Natália da. **A busca por alternativas que amenizem as fragilidades das favelas sul-africanas**. 2013. Disponível em: <<http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/a-busca-por-alternativas-que-amenizem-as-fragilidades-das-favelas-sul-africanas>>. Acesso em 20.09.2018.

MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. **Um país chamado favela: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira**. São Paulo: Gente, 2014, 167 p.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

PARISSE, L. **Favelas do Rio de Janeiro: evolução – sentido.** Rio de Janeiro: Caderno do CENPHA 5, 1969, p. 231.

PENA, Rodolfo F. Alves. Área de moradias precárias, em Joanesburgo, África do Sul. *In* **Urbanização na África.** Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/urbanizacao-na-Africa.htm>>. Acesso em 12.10.2018.

QUEIROZ FILHO, Alfredo Pereira de. As definições de assentamentos precários e favelas e suas implicações nos dados populacionais: abordagem da análise de conteúdo. *In* **Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 7, n.3, p.340-353, set./dez. 2015.

SILVA, Graziella Moraes Dias da. Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul. *In* **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, v. 18, n. 2, p.131-165, nov. 2006.

VEYSSEYRE, Solène. **Estudo de caso: as regras tácitas na construção de favelas.** 2014. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/625874/estudo-de-caso-as-regras-tacitas-da-construcao-nas-favelas>>. Acesso em 20.10. 2018.

Recebido em: 19/07/2020  
Aprovado em: 05/10/2020  
Publicado em: 28/12/2020